

Ruaologia e os saberes comunicacionais do Boca de Rua

Streetology and Boca de Rua's Communication Knowledge

Arthur Walber Viana

Universidade Federal do Rio Grande do
Sul (UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
arthurwalber@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2217-2084>

Resumo: O artigo investiga os saberes comunicacionais que emergem das práticas do Jornal Boca de Rua, projeto que, há um quarto de século, é feito por um grupo de pessoas em situação de rua em Porto Alegre, Brasil, em parceria com a Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação). Desde a definição de pautas até a escrita das reportagens e a venda dos exemplares nas ruas, todas as etapas envolvem as pessoas em situação de rua, conferindo ao Boca de Rua uma singularidade que justifica seu estudo. O objetivo central é compreender como os saberes comunicacionais oriundos dessa experiência são formados, junto à constituição de uma linguagem própria, *sui generis*. Para tanto, adota-se uma abordagem etnográfica, fundamentada em observações-participantes e em entrevistas em profundidade, visando capturar rotinas e percepções dos jornalistas do Boca de Rua sobre a comunicação que produzem. Daí, delimitam-se dez “zonas de intensidade” que estruturam o funcionamento do grupo, revelando uma comunicação que vai além do jornalismo produzido. Há, sim, o desejo de superar um silenciamento socialmente imposto, mas, de maneira mais profunda, a comunicação também se encontra nos processos que possibilitam essa superação: relatos em roda, espaços coletivos de fala e escuta, processos de escrita baseados na oralidade, entre outros. O que o Boca de Rua evidencia é uma comunicação que está não só no produto (um jornal), mas nas forças que animam mudanças e que ressignificam o “morar na rua”, reorganizando espaços públicos e papéis sociais.

Palavras-chave: Jornal Boca de Rua; população de rua; ruaologia; resistência malunga; semiótica da cultura.



Abstract: The article investigates the communication knowledge that emerges from the practices of Jornal Boca de Rua, a newspaper project that for a quarter of a century has been run by a group of homeless people in Porto Alegre, Brazil, in partnership with Alice (Free Agency for Information, Citizenship and Education). From setting the agenda to writing the reports and selling the copies on the streets, all stages involve homeless people, giving Boca de Rua a uniqueness that justifies its study. The main objective is to understand how the communicational knowledge that comes from this experience is formed, along with the constitution of its own *sui generis* language. To this end, an ethnographic approach is adopted, based on participant observation and in-depth interviews, aiming to capture the routines and perceptions of Boca de Rua journalists about the communication they produce. Ten “intensity zones” are delimited, that structure the group’s functioning, revealing a communication that goes beyond the journalism produced: there is a desire to overcome a socially imposed silencing, but more profoundly, communication is also found in the processes that make this overcoming possible: discussion in circles, collective spaces for speaking and listening, writing processes based on orality, among others. What Boca de Rua shows is a type of communication that is not just in a product (a newspaper), but in the forces that animate change and give new meaning to “homelessness”, reorganizing public spaces and social roles.

Keywords: Boca de Rua newspaper; homelessness; streetology; malungo resistance; semiotics of culture.

1 Introdução

Esta é uma pesquisa produzida a partir de um diálogo com os integrantes do Jornal Boca de Rua, cuja redação é composta, majoritariamente, por pessoas em situação ou com trajetória¹ de rua. Sua primeira edição foi impressa em dezembro de 2000, às vésperas do Fórum Social Mundial que ocorreria em Porto Alegre, em janeiro do ano seguinte. A iniciativa partiu de

¹ *Trajetória de rua* designa pessoas que passaram pela situação de rua, mas já a superaram. Contudo, há marcas que ficam – e essa superação não apaga a trajetória que levou a determinado lugar.

duas jornalistas vinculadas à Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação) – Rosina Duarte e Clarinha Glock – que convidaram um grupo de pessoas que vivia na praça Dom Sebastião, no centro da cidade, para relatarem suas experiências de vida e perspectivas sobre a realidade social. Esse é o embrião do que veio a ser o Boca de Rua, que circula em Porto Alegre trimestralmente desde essa ocasião.

Neste pequeno espaço introdutório, ressaltamos o papel central das pessoas em situação de rua no projeto: são os sujeitos criativos por trás das inscrições postas no papel, jornalistas de fato, mais que objetos de uma história a ser narrada. Depende delas quais pautas serão abordadas e sob que viés; quem serão os entrevistados; quais fotos serão registradas; como os textos das reportagens serão construídos; enfim, tudo o que será publicado passa pela avaliação coletiva do grupo. Isso faz do Boca de Rua um jornal *sui generis*, o único no mundo “[...] que é feito, vendido e *gerido* por moradores de rua” (Duarte, 2024, grifo nosso). Assim, em que pese existirem outras experiências de “jornais de rua”, a exemplo dos reunidos na INSP (Rede Internacional de Jornais de Rua, em livre tradução), a participação das pessoas em situação de vulnerabilidade se dá, geralmente, no momento da venda: são projetos de geração de renda (o que não exclui seus méritos). No Boca de Rua, contudo, há um envolvimento mais amplo, desde a fase de planejamento de pautas, de apuração e de escrita: há uma dimensão simbólica crucial, decorrente de uma inclusão desde os métodos produtivos, que destaca o projeto em relação a outros similares.

Dito isso, o objetivo do artigo é investigar os modos de comunicar do Boca de Rua, a fim de compreender os processos por meio dos quais eles ganham consistência. Queremos apreender as maneiras com que esse grupo de pessoas em situação de rua constitui a *sua* linguagem, *sua* comunicação, *seu* modo particular de dizer o mundo. Para tanto, passaremos por uma discussão teórica baseada na Semiótica da Cultura, que contestará e aprofundará a noção de “propriedade” na linguagem. Em seguida, explicaremos nossas estratégias metodológicas, de inspiração etnográfica. Por fim, apresentaremos, com maior fôlego, as lógicas de funcionamento do Boca de Rua, junto aos processos dinâmicos que delimitam a forma singular com que faz circular seus discursos no corpo social.

Cabe sublinhar, antes de avançarmos, a importância de focarmos nossos esforços intelectuais no estudo de uma ferramenta de resistência de um grupo crescente na sociedade brasileira, empurrado a uma situação de extrema vulnerabilidade: a população em situação de rua cresceu 38% entre 2019 e 2022 no Brasil, chegando a 281.472 pessoas (Natalino, 2022). Se considerarmos a última década (2012 a 2022), o crescimento desse segmento da população foi de 211% – expansão muito superior à da população brasileira registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2011 e 2021, de apenas 11%. Nesse cenário, a pesquisa junto a esse grupo de pessoas postas² em situação de rua ganha relevância, em especial pelo fato de o Boca de Rua se constituir como um lócus de *resistência criativa e simbólica* (Mizoguchi; Costa; Madeira, 2007).

² Agrada-nos o termo pessoas *postas* em situação de rua por este acréscimo, “postas”, trazer à tona a existência de engrenagens sociopolíticas que produzem e mantêm determinados corpos em situação de vulnerabilidade. Importa-nos retirar da definição que pesa sobre esse grupo, o “morar na rua” que os define, uma pretensa naturalização do fenômeno: há uma série de engendramentos que geram a situação de rua (e que não a resolvem), cuja responsabilização não deve recair sobre os corpos que a experienciam.

2 O (im)próprio da linguagem

Nosso argumento teórico divide-se em dois eixos principais: (a) o de que toda prática, aqui entendida como forma de agir e de se expressar no mundo, manifesta, já em si – nas formas que assume –, um tipo de saber específico, estruturando-se a partir das possibilidades da cultura (sistema de signos) particular da qual é manifestação; e (b) sua especificidade, porém, é composta – ela própria – no (e pelo) entrecruzamento das distintas linguagens que formam o sistema cultural em questão. A multiplicidade antecede a unidade, e os saberes estão “localizados” nesse ponto de contato específico entre múltiplas diferenças. Um sistema acaba por ser o próprio atravessamento que o constitui; ele emerge das intersecções e das zonas de contato entre sistemas distintos, cada qual composto por linguagens também distintas (a Semiótica da Cultura chamará esses sistemas de “modelizantes” – falaremos deles adiante). Importante frisar, por ora, que a capacidade de um sistema de produzir sentido, de se expressar e de agir no mundo, está vinculada aos recortes que é capaz de fazer dessas linguagens que o atravessam. Ou seja: é da miscigenação cultural que despontarão novas formas de habitar e de povoar a realidade, expressões de um saber sincrético oriundo de amálgamas singulares. Para melhor explicar nosso argumento, aprofundaremos dois pontos: a perspectiva sistêmica e o poliglotismo da Semiótica da Cultura, bem expressos no conceito de semiosfera (Lotman, 2005); e o par conceitual tradução/modelização, que ajudam a entender a efetivação de diferenças (singularidades) nas formas como sentidos são produzidos.

2.1 A perspectiva semiosférica

O ponto do qual partimos parece bastante simples à primeira vista: a afirmação de que de toda cultura emerge um (mais de um, na verdade) saber específico, uma forma particular de ler e de escrever o mundo, de apreendê-lo e de agir sobre ele. Uma linguagem específica, seria outro modo de dizer. O que nos interessa mais, porém, para além da mera constatação de particularidades e de diferenças, é entender a maneira como elas se constituem; como ganham corpo e consistência. Interessam-nos os processos de diferenciação por que passam as expressividades de cada sistema cultural, finalidade que torna conveniente a aproximação com os conceitos elaborados pela Escola de Tartu-Moscou (ETM), berço do que se convencionou chamar Semiótica da Cultura. Tal perspectiva nos ajudará a entender de que se trata, afinal, esta “cultura” na qual estamos imersos e cuja linguagem delimita as possibilidades de compreensão e de ação sobre o que nos rodeia; ou seja, os mecanismos por meio dos quais uma cultura – entendida como um sistema de signos – processa as informações de seu entorno, estruturando-as em sua linguagem particular e constituindo, nesse gesto, o ângulo a partir do qual toma e coloca coisas no mundo.

A conveniência em acionar os escritos da ETM decorre do fato de os estudiosos vinculados à escola terem traçado distinções importantes sobre o funcionamento de sistemas culturais, prestando especial atenção a seus aspectos dinâmicos. Destacamos – de saída – o plural: *culturas*. A diversidade é o ponto de partida, e nenhuma cultura existe em isolamento

ou pode ser analisada de tal forma. Isso define o caráter *holista* da ETM:³ as culturas estão sempre *em relação* umas com as outras, e o gesto de definir a si é o mesmo gesto de diferenciar-se de outras: “Nenhum dos sistemas de signos possui um mecanismo que lhe permita funcionar isoladamente” (Lotman *et al.*, 2013, p.53, tradução nossa).⁴

A produção de sentido, portanto, ocorre nessa lógica dialógica, havendo interdependência dos diferentes sistemas culturais na realização dos processos de estruturação e significação dos fenômenos e das coisas do mundo. Kull (2015), ao discutir os princípios da semiose sob a perspectiva da ETM, fala em *pluralidade de códigos*, que é outra forma de expressar o que queremos dizer aqui: a condição de existência de uma forma particular de ser no mundo – de compreendê-lo e de agir sobre ele, ou seja, de *fazer sentido* – é, precisamente, o fato de que existem *outras* formas, com as quais se entra em relações contínuas de tradução, estranhamento, assimilação, gestos que resultarão nesta “forma de ser” própria (e sempre passível de atualização). É no contato entre diferenças que *uma* cultura demarcará suas fronteiras, ganhando consistência enquanto unidade aparente. Portanto, parte-se de *mais que um*, ou, para dizer ainda de outro jeito, um é sempre mais que um, posto que a unidade será uma concertação de multiplicidades.

Importante frisar que essa pluralidade primordial permanece mesmo quando signos se atualizam e se alteram, postos em relação uns com os outros. Para a ETM, a relação entre diferenças não acarreta uma síntese resolutive: elas não são redutíveis a uma única linguagem ideal. O contato entre culturas distintas não aponta para um consenso capaz de expressar o mundo em sentido unívoco. Mais que ponto de partida, a diferença persistente é o próprio motor da dinâmica e do desenvolvimento das culturas:

A ideia da possibilidade de uma única linguagem ideal como mecanismo ótimo para a expressão da realidade é uma ilusão. Para que uma estrutura mínima funcione, ela deve levar em conta a presença de duas línguas e sua incapacidade, cada uma independentemente da outra, de abarcar o mundo exterior a ela. Tal incapacidade não é uma deficiência, mas uma condição de existência, pois impõe justamente a necessidade do outro (outra pessoa, outra língua, outra cultura) (Lotman, 1999, p. 12-13, tradução nossa).⁵

É esse entendimento holista e dialógico da produção de sentidos que culminará com o delineamento do conceito da *semiosfera*, proposto por Lotman a partir de 1984 (Lotman, 2005). A semiosfera faz referência a um espaço imaterial – um *continuum semiótico* – em que sistemas culturais, a partir de suas semânticas distintas, engajam-se em permanentes processos de tradução uns com os outros, gerando sentido e se reestruturando a partir do que incorporam de seu espaço externo. Por seu caráter espacializado, a concepção da semiosfera amplia a visualidade da composição de uma cultura, sua morfologia; e, para além disso, torna

³ Torop (2009, p. 35) define a Semiótica da Cultura como uma *análise holística de processos dinâmicos*.

⁴ No original em inglês: “None of the sign systems possesses a mechanism which would enable it to function in isolation”.

⁵ No original em espanhol: “La idea de la posibilidad de un solo lenguaje ideal como mecanismo óptimo, para la expresión de la realidad, es una ilusión. Para que una estructura mínima pueda funcionar, debe contar con la presencia de dos lenguas y su incapacidad, cada una independentemente de la otra, de abarcar el mundo externo a ella. Tal incapacidad no es una deficiencia, sino condición de existencia, dado que precisamente ella impone la necesidad del *otro* (de otra persona, de otra lengua, de otra cultura)”.

mais fácil a percepção das trocas informativas entre diferentes sistemas, evidenciando a processualidade que se sucede nesse trânsito, com cada sistema expressando, nas formas que dá ao que traduz, sua peculiaridade. Assim, Kull (2015) ressaltará, junto à pluralidade de códigos, a *incompatibilidade* como uma característica fundamental da semiose: será exatamente a não-equivalência linguística entre sistemas em contato – a diferença fundamental entre o destino e a origem de uma tradução –, que garantirá a semiosfera como um espaço de convivência, mais ou menos harmônica, entre diversidades irreduzíveis.

A intraduzibilidade – ou, melhor, a *traduzibilidade possível* – guarda o potencial criativo das culturas: ao se verem obrigadas a dar sentido a informações para as quais não possuem exatamente uma chave de leitura, usarão como referência para construir suas estruturas de sentido as regras sintáticas que já compõem seu repertório. Decorre daí a capacidade de uma cultura de criar comunicações não-triviais, ou seja: a habilidade de dizer algo propriamente *seu, à sua maneira*. É a intraduzibilidade, a certo grau inevitável no diálogo entre culturas, que exige e garante a capacidade comunicativa e criativa das culturas. Tal constatação nos leva à discussão sobre como se dá, efetivamente, essa *produção de diferença* (produção e expressão de um saber próprio, diferente de outros); percorreremos, pois, as sinuosidades do par conceitual *tradução/modelização*.

2.2 (In)tradução e modelização: a efetivação da diferença

Tanto tradução quanto modelização se referem ao gesto de semiotizar (dar sentido a) uma informação do espaço externo, alossemiótico. Ao efetivar esse movimento, uma cultura – necessária e imediatamente – estrutura o signo que lhe era externo, e o fará conforme suas próprias capacidades linguísticas, inserindo esta informação em um novo ambiente relacional. É esse, afinal, que Machado (2003, p.147) afirma ser o mecanismo básico da cultura: criar linguagem onde ainda não existe uma língua codificada (desde a perspectiva da cultura engajada em traduzir o texto externo a ela). Daí um novo sentido emergirá, mais ou menos vinculado ao sentido anterior. Grosso modo, portanto, traduzir é o gesto de metabolizar um texto de fora para dentro da cultura, movimento que pode ser também “interno”, entre centro e periferia do sistema, componentes que podem ainda ser considerados “um” e “outro” – em realidade, a tradução se refere a um gesto de elaboração de uma diferença. Modelizar, por sua vez, será a estruturação *de fato* desse texto na lógica interna do sistema em questão. O conceito se refere à especificidade com que o objeto da tradução toma forma: “De acordo com a abordagem de Lotman, *a atividade de modelização é tradução* [...] A modelização pode ser vista não apenas como tradução, mas também o contrário – *todo ato de tradução é também um ato de modelização*” (Pärn, 2022, p.181, tradução nossa).⁶ Kull (2015, p.262) falará também da modelização como *modos de traduzir* e da tradução como um *dispositivo de modelização*.

Ao afirmarmos a modelização como a concretização da tradução, entendemos decorrer daí a diferença no resultado de traduções de um mesmo texto realizadas por culturas distintas: a maneira pela qual uma cultura sabe ler e escrever – a metalinguagem com que percebe e produz o mundo – é a sua habilidade modelizante, a *forma com que dá forma*, e está

⁶ No original em inglês: “According to Lotman’s approach, *modelling activity is translation* [...] Modelling can be viewed not only as translation but also the other way around – *every act of translation is also an act of modelling*”.

vinculada às conexões que é capaz de fazer, atrelando o sentido de um texto a outros textos e estabelecendo novos vínculos de significação. “Em um nível mais geral, se atribui a um elemento a capacidade de *ter significado*; no entanto, a natureza do significado que é atualizado em uma dada situação é determinada concretamente no contexto” (Lotman, 2021, p.220). Ou seja: a modelização está vinculada ao gesto de elaboração de uma informação incompatível, incompreensível às vezes, e à transformação desta em algo legível, a partir das condições de tradução da cultura em questão. O formato que essa informação toma será particular a cada sistema: cada gesto de tradução carrega, em seu âmago, as possibilidades linguísticas da cultura que traduz – exatamente as suas capacidades modelizantes.

A questão que irrompe, então, é: de onde vem essa capacidade? Ela está baseada em quê? Que metalinguagem é essa que orienta a estruturação de textos em determinada cultura, que formata a forma? A ETM responderá a isso com o conceito de *sistemas modelizantes*: eles fornecem (pedaços de) linguagem que, costurados entre si, delimitam a produção de linguagem no sistema de signos que essa articulação específica formata. Cabe lembrar que desde os debates fundantes da ETM, nos anos 1960, a cibernética era um campo de interesse para o estudo das culturas, e é uma das origens desse entendimento de que há uma espécie de “código-fonte” para cada sistema de signos, uma metalinguagem que regula sua produção textual. Os sistemas modelizantes são esses sistemas outros que fornecem (pedaços de) linguagem que geram, no encontro de suas diferenças, uma metalinguagem específica, o que acarreta – quando essa se concretiza no exercício de traduções/modelizações na semiosfera – no surgimento de uma nova cultura, uma nova forma de apreender, de ler e de habitar o mundo. É dizer: os sistemas modelizantes produzem (e condicionam) a estruturação e a materialização dos textos da cultura que geram por seus atravessamentos. “Um *sistema modelizante* é uma estrutura de elementos e regras de suas combinações, existente em um estado de analogia fixa com toda a esfera do objeto de percepção, cognição ou organização. Por esse motivo, um sistema modelizante pode ser tratado como uma *linguagem*” (Lotman, 2011, p.250, tradução nossa).⁷

Cada cultura (sistemas de signos organizados segundo uma lógica interna) realiza esse ato de reestruturação de informações externas, a partir da costura de linguagens disponíveis para que o faça. A miscigenação dessas diferentes linguagens em um ponto interseccional específico da semiosfera dá vazão a uma forma própria de textualizar a realidade, o que delinea uma cultura que, conforme concentra mais e mais textos formatados nessa sua forma peculiar, mais demarca seus limites, suas fronteiras, suas diferenças em relação ao que está “fora”. Trata-se efetivamente de uma *encruzilhada*, como propõe Rufino (2019).

A noção de encruzilhada emerge como disponibilidade para novos rumos, poética, campo de possibilidades, prática de invenção e afirmação da vida, perspectiva transgressiva à escassez, ao desencantamento e à monologização do mundo. A encruza emerge como a potência que nos possibilita estripulias (Rufino, 2019, n.p.).

⁷ No original em inglês: “A *modelling system* is a structure of elements and rules of their combination, existing in a state of fixed analogy to the whole sphere of the object of perception, cognition, or organization. For this reason, a modelling system may be treated as a *language*”.

Dito isso, podemos entender a produção textual do Boca de Rua como resultado de recortes das linguagens dos outros sistemas que a compõem (e que não se resumem a ela): a cultura das pessoas em situação de rua de Porto Alegre; de uma organização social (a Alice); de voluntários, normalmente vinculados à universidade; do jornalismo e da rotina de produção de notícias, entre outros. A partir desse cruzamento de sistemas que o Boca de Rua se capacita a ler e a escrever o mundo de uma forma particular; é esse ponto de atravessamentos na semiosfera que formata um sistema singular, produtor de textos em uma linguagem *sua*. O que é *próprio* de um sistema, portanto, decorre de recortes e reconexões de partes de outros sistemas, que servem, em certo sentido, como um “estoque de linguagem” para que a cultura emergente produza uma forma de falar e de existir singular. O próprio não deixa de ser, por isso, alheio.

3 Discussão metodológica

A decisão de situar a discussão metodológica antes de uma descrição aprofundada do funcionamento do Boca de Rua se dá por entendermos que qualquer apresentação de um fenômeno é, já em si, uma produção. Ao expormos o que entendemos ser o Boca de Rua, inevitavelmente estaremos avançando – no próprio ato de dizer – em uma elaboração desse fenômeno, atrelando-nos a ele. Por isso, é necessário evidenciar, de antemão, as maneiras com que nos aproximamos, nossas intenções, oportunidades e limitações: tudo o que acabou por afetar as maneiras com que soubemos escutar, dizer e escrever o Boca de Rua, que são, afinal, os próprios métodos da pesquisa.

3.1 Da observação à experimentação do campo

Com o objetivo de compreender os processos e potências dos modos de comunicar do Boca de Rua, inspiramo-nos em métodos etnográficos (Eckert; Rocha, 2008), valendo-nos do conceito de observação-participante (Angrosino, 2009; Guber, 2001; Gutiérrez; Delgado, 2007). Contudo, uma inversão é logo proposta, ao aceitarmos o inevitável envolvimento com o fenômeno estudado e o fato de a pesquisa ser, em si, fator de alteração nas relações observadas em campo: nesse sentido, parece ainda mais apropriado pensar em uma *participação-observante* (Peruzzo, 2017). Afinal, não é exagero dizer que o Boca de Rua nos convocou ao campo, deixando claro, desde o início, que não haveria outra forma de fazer pesquisa *com* ele sem que se estivesse, pelo menos por certo período de tempo, *con-vivendo*.

Entrar no território, porém, não foi tarefa fácil e demandou bastante energia e sensibilidade. O relato aqui exposto pode até dar a entender o contrário, uma vez que cabe a ele ser mais direto e simples (ora, escrevemos de um ponto em que tudo já transcorreu, e é mais fácil a análise retrospectiva). Diante da intensidade das práticas e rotinas do Boca de Rua – encontros e trocas que se dão em meio a definição de pautas; apuração de matérias; saídas de campo; discussões acaloradas sobre o próprio funcionamento do grupo; revisão de regras; processos de escrita coletiva; distribuição de jornais; saídas para a venda; o encontro com o leitor; e também o encontro deste com o texto escrito por pessoas em situação de rua, comumente silenciadas no debate público –, encontramos nas propostas de Moriceau (2017, 2020, 2022) sobre *experimentação* um caminho a nos orientar nesse percurso. O autor leva a

noção de “participação” a outro patamar, sugerindo a pesquisa – ou melhor, o ato de pesquisar – como um mergulho, pondo em relação os sujeitos pesquisadores e pesquisados. Coloca-se à distância, nesse gesto, um ideal de pureza objetivo para o qual a presença do investigador no campo é marca a ser apagada, indesejável porque impregnada da subjetividade que experimentar algo causa – as sensações, os cheiros, as impressões.

Tal concepção, é claro, implica problemas – todo método tem seus limites; e a proximidade exigida por nossa pesquisa salientava que os pontos fortes de um método podem ser, simultaneamente, suas fraquezas: dois lados de uma mesma moeda. Ao passo que o mergulho no campo facilitava a compreensão dos códigos e processos de significação particulares da cultura experienciada, ele também carregava consigo riscos. Entre eles, Alonso (2016) destaca o tempo necessário para se construírem relações de confiança, bem como o grande volume e a alta variedade do material empírico colhido em campo, que pode ser de difícil sistematização ao final. A autora ainda fala que a empatia consequente da convivência pode resultar em um “excesso de simpatia” pelo caso estudado, nublando conclusões.

Tudo na balança, porém, ainda nos parece que a aproximação territorial junto ao Boca de Rua fez da nossa prática de pesquisa um ato necessariamente coletivo, participativo e dialogado, cujas potências compensaram os riscos. Assim, nossa pesquisa de campo foi realizada ao longo de cinco meses, entre julho e novembro de 2024 (afora uma fase exploratória, realizada de abril a junho de 2023),⁸ quando acompanhamos as reuniões da equipe do Boca de Rua, que são semanais, a fim de compreender os processos e dinâmicas de produção estabelecidos, os conflitos, as formas com que as pessoas postas em situação de rua constroem a *sua* comunicação e a *sua* linguagem. Acompanhamos também as/os integrantes pelas ruas de Porto Alegre, em momentos de produção de pautas e de vendas de jornais, atentos às interações que surgem aí, às instaurações e aos devires: a relação com quem passa, com o entorno, com a cidade. Ao todo, contabilizando o pré-campo, acompanhamos 43 reuniões da equipe; duas saídas para realização de pautas; uma palestra em que integrantes do jornal participaram, no curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS); e três saídas para venda de periódicos pelas ruas da cidade. Foram aproximadamente 100 horas *experimentadas* junto ao coletivo, sem contar as entrevistas, sobre as quais falaremos a seguir. Ressaltamos que a pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o CAAE 79535724.2.0000.5347.

3.2 Entrevistas semiestruturadas, em profundidade – e imprevistas

Junto à experimentação do campo, realizamos uma série de entrevistas semiestruturadas e em profundidade com os integrantes do projeto. Queríamos entender, para além do que eles fazem objetivamente, *o que eles entendem e pensam sobre o que fazem*. Em suma, era um convite a uma reflexão conjunta sobre a produção de discursos contra-hegemônicos e de resistência, partindo das práticas do Boca de Rua. As entrevistas são qualitativas e em profundidade, conforme Caballero (2019, p. 329), para quem a entrevista qualitativa segue um “modelo de conversação”. Nesse sentido, o entrevistado é tão agente da entrevista quanto o entrevistador.

⁸ Momento em que relatamos à equipe do Boca de Rua nossa intenção de estudar junto a eles, e iniciamos um diálogo que permitiu que um projeto de pesquisa nascesse.

Similarmente, Galindo Cáceres (1997) destaca que a entrevista não se organiza somente em função da *obtenção de informações*, mas também da *troca de interpretações*. Há nisso um sentido semiótico (e antropológico-social, a partir de Geertz [2008]⁹) que também nos atrai: o objetivo seria entender as *teias de significados* que constituem as culturas humanas, por meio de um diálogo interessado por seus mecanismos de funcionamento. Não se busca explicá-las, somente, mas compreendê-las.

A inspiração central para a realização das entrevistas, contudo, veio de métodos vinculados ao campo da história oral (Hermeto; Santhiago, 2022), que se preocupa em estabelecer um espaço de escuta amplo e demorado, também com um ímpeto de abertura ao que é dito pelo sujeito entrevistado. Assim, intencionávamos chegar, na conversa travada, a um ponto antes desconhecido a ambos (e talvez seja esse o modo mais acurado para se afirmar, em nosso contexto de pesquisa, que uma entrevista teve êxito). Nessas conversas motivadas pelo desconhecido, o *imprevisto* – imprevisível, para ficarmos no léxico lotmaniano – constrói sentidos tão importantes (quando não mais) quanto as previsibilidades, não representando um erro metodológico de um diálogo que saiu de controle; pelo contrário, será a própria evidência da ação da diferença, garantia de estarmos estabelecendo uma comunicação *de fato* produtiva: “[...] muitas das experiências mais significativas que temos devem-se justamente à incongruência entre nossas expectativas de pesquisa e aquilo que efetivamente encontramos em campo. Em uma palavra, ao *imprevisto*” (Hermeto; Santhiago, 2022, p.21).

Apesar dos esforços de abertura, cabe sublinhar que as entrevistas eram *semiestruturadas*: tínhamos algumas perguntas-guia, teoricamente orientadas, que funcionavam como pontos aos quais queríamos chegar (ou voltar). Não eram limitadoras de assuntos a abordar, mas orientações em um mapa (que existia apenas como esboço, sendo redesenhado conforme a conversa se desenrolava). Ao fim, entrevistamos 11 integrantes do Boca de Rua: Michelle Aparecida Marques dos Santos; Aline Gonçalves Leal; Fábio Saraiva Corrêa; Carlos Henrique Rosa da Silva; Diogo Macedo; Michel Vasconcelos dos Santos; Edisson José Souza Campos; Nara Gonçalves Canabarro; José Luiz Straubichen; Jones Rosa dos Santos Barbosa; e Anderson Luís Joaquim Corrêa, somando aproximadamente 250 minutos de gravação (mais de quatro horas).

3.3 O problema da sistematização

Frente a um vasto material para análise, nossa estratégia descritiva inicial foi *dizer pelas beiradas* – pelas fronteiras, no léxico lotmaniano. Em nosso entendimento, é aí que o Boca de Rua *está* efetivamente: naquilo que o atravessa, nos cruzamentos entre diferenças que o formatam e que permitem que diga o mundo de sua maneira peculiar (seus sistemas modelizantes). Dessa forma, o desenhamos como um sistema cultural atravessado por outros que o capacitam a produzir textualidades em uma linguagem própria – textualidades que, à sua vez, e de maneira concomitante, também produzem o fenômeno do qual são expressão. Essa forma de apreensão sobre o Boca de Rua será apresentada na próxima seção.

⁹ Geertz (2008) afirma que seu conceito de cultura é essencialmente semiótico. A nosso ver, carrega também muitas semelhanças com os postulados da Semiótica da Cultura. “O conceito de cultura que eu defendo [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Geertz, 2008, p. 4).

Sobre os processos que, a partir desses cruzamentos culturais, instauram a linguagem singular do Boca de Rua, promovemos uma sistematização por meio de *zonas de intensidade*, que se referem aos movimentos que o (des)fazem tal qual é; (de)formam a forma e nos permitem vislumbrar o fenômeno dinâmico que queremos estudar. Classificadas a partir de ocorrências e percepções na experiência de campo e nas entrevistas, essas zonas nasceram efetivamente do diálogo e da escuta; queríamos, afinal, escapar de uma gana explicadora, comum ao fazer científico, que define categorias previamente e empurra os fenômenos até que se encaixem nelas. A nosso ver, a complexidade da análise cultural proposta pela Semiótica da Cultura carrega também esse sentido intenso, que é rizomático: os contatos entre fronteiras, leis de atração e repulsa, são multiplicadores de possibilidades de formação de sentidos. A lógica semiosférica é a da afetação, da afinidade (ou da falta dela). Habita-se sempre *alguma* fronteira, está-se em choque com *algo* – assim nasce uma linguagem *própria*, dissemos já: da concertação de diferenças. À busca por origens e essências sobrepõe-se o traçado de rastros, o risco feito por textos mutuamente atingidos, um pelo outro e pelos textos outros por que são atravessados e que atravessam. Com as intensidades, portanto, buscamos descrever e desenhar as linhas de mapas dinâmicos, sempre desmontáveis e remontáveis. Por isso aproximamos a ETM do pensamento de Deleuze e Guattari (2010, p. 210), que dirão, frente à complexidade dos acontecimentos, que “é em intensidade que é preciso interpretar tudo”.

Objetivamente, fizemos (a)notações em caderno de campo, preenchido imediatamente após cada encontro, seguindo a lógica da *notatio* proposta por Barthes (2015). O autor reforça a importância de (a)notações “menores”: a captação de sensações, fazendo uso de um olhar flexível e amplo. Importava-nos entender as regularidades, mas, da mesma forma, as irregularidades – as falas isoladas, os movimentos laterais e periféricos que afetavam a forma de ser do Boca de Rua. Barthes (2015) revela a sua preferência pelo termo em latim, *notatio*, por ele fazer referência não a uma anotação somente, mas sim ao *ato de notar* – o que nos motiva a apreender esse como um gesto metodológico no campo.

Nas entrevistas, também traçamos linhas de intensidades a partir do conteúdo das respostas, as quais vinculamos às bases teóricas que orientaram nossas perguntas inicialmente. Cotejamos as diferentes respostas que obtivemos a respeito dos processos comunicacionais do Boca de Rua, contrastando-as e costurando, a partir daí, um sentido mais geral para o que o próprio coletivo entende ser a linguagem que produz. Evidentemente, as conversas excederam o que havíamos previamente imaginado; as intensidades desenham-se a si próprias e tem essa característica aforística de fazer sentido no processo de vir a ser (Braga, 2014). Auxiliaram-nos, nesse momento, as definições de Flick (2004, p.205) a respeito da *análise global dos textos*, que mira uma “[...] visão geral do espectro temático do texto”. Utilizamos esses preceitos nas leituras e releituras das (a)notações dos cadernos de campo e das transcrições das entrevistas. Marcávamos, conforme avançávamos na rememoração dos encontros pela leitura, palavras-chave que faziam referência a blocos de texto, o que permitiu o agrupamento de temáticas semelhantes que surgiram nos diferentes momentos da pesquisa. Os reagrupamentos foram depois refinados, e reelaboramos essas palavras-chave em “conceitos ou enunciados gerais” – de onde decorreram, enfim, as zonas de intensidade que apresentaremos na seção 5. As entrevistas foram integralmente gravadas em material audiovisual que, editadas, resultaram em um documentário, disponível no canal de Youtube do Jornal Boca

de Rua¹⁰ (Viana, 2025). O objetivo, com esse material, é “compartilhar a palavra”, permitindo aos integrantes do Boca de Rua que falem com sua gramática, posicionando-se no debate de maneira mais direta do que esta, escrita, mediada por nós.¹¹

Ao término desta seção, reafirmamos que nossa postura metodológica é *territorializada e dialógica*. Por um lado, objetivamos produzir uma abertura, uma fresta capaz de fazer surgir algum tipo de reflexão conjunta em nosso estudo; por outro, sabemos que essa reflexão, se assim quisermos chamar, não se dá em outro lugar que não *no território*, no chão, lastreada na experiência concreta desse grupo de pessoas em situação de rua que pensa e pratica, há 25 anos, modos de comunicar. À essa postura chamamos de teorização *desde baixo*, sem que haja aí qualquer sentido hierárquico – não buscamos situar um saber acima de outro, mas o contrário: “baixo” apenas faz referência a esse pensamento territorializado, conectado à *aspereza* da realidade de um grupo de pessoas postas em situação de rua que se organizou para fazer seus discursos circularem de forma ampla na sociedade.

4 A encruzilhada que dá à luz o Boca de Rua

Ao avançar pelas fronteiras – cruzamentos entre diferenças que formatam uma unidade provisória –, queremos escapar de uma mera descrição linear, enciclopédica, sobre o projeto do Boca de Rua, o que ele foi e o que se tornou até aqui. Não nos interessará dizer somente que o projeto começou em 2000, às vésperas do Fórum Social Mundial que ocorreria em Porto Alegre no início do ano seguinte, quando o jornal foi impresso e vendido pela primeira vez; nem que o Boca de Rua tem sua inauguração marcada, antes da impressão desse primeiro número, pelo momento em que duas jornalistas da Alice, Rosina Duarte e Clarinha Glock, convidam um grupo de pessoas em situação de rua que costumava ficar na praça Dom Sebastião, em frente ao Colégio Rosário, no centro de Porto Alegre, para que contassem suas histórias e narrassem a cidade em que eles viviam, que se imaginava diferente da que elas (e nós) viviam; e que dali em diante, aos poucos, por meio de encontros semanais, com oficinas de escrita e muita conversa, passou a circular em Porto Alegre, a cada três meses, uma publicação feita inteiramente a partir da experiência da rua, destinada a contar a cidade desde essa outra perspectiva, incomum em um meio (o jornalismo *convencional*)¹² que impõe ao *outro* exatamente o lugar de *outro*: o exótico ou o grotesco (Lago, 2010; Sodré, 2004).

¹⁰ O endereço para acesso é: <https://www.youtube.com/@bocaderuajornal>.

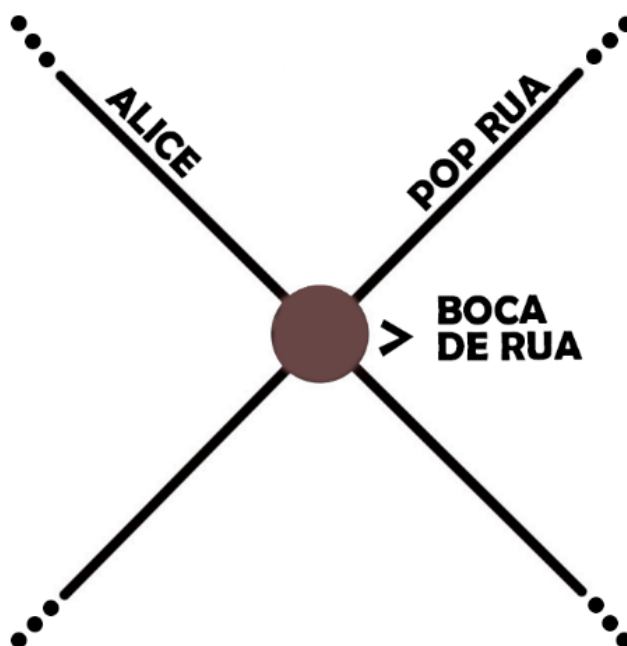
¹¹ Não negamos, evidentemente, a mediação de processos de seleção de falas, de edição e de montagem. Ainda assim, no audiovisual, os jornalistas do Boca de Rua falam a seu modo, com interferência *menor*.

¹² Vínhamos usando o termo “jornalismo tradicional” para fazer referência a esse jornalismo hegemônico vinculado a grandes corporações midiáticas. Carlos, porém, integrante do Boca de Rua, questionou em nossa entrevista: “Um jornal com 25 anos de experiência não é tradicional por quê?”. Michel Vasconcelos, outro membro da equipe, é quem sugeriu esse outro nome, imediatamente por nós acatado: “Jornal Boca de Rua, o jornal onde eu trabalho. Um jornal que não é uma mídia convencional, é uma mídia... é uma mídia... É uma mídia *nosssa*. Então quer dizer, não é uma mídia... Como é que se fala? *Tem as mídias convencionais e as mídias não-convencionais*. É que nem as PANCs [Plantas Alimentícias Não-Convencionais], tá ligado?” (entrevista com Michel, grifo nosso).

A nosso ver, apegar-nos demasiadamente à cronologia – embora não a evitemos por completo, já que auxilia na compreensão do *que* e *como* o Boca de Rua veio a se constituir – resultaria em uma redução dessa experiência, ao impor relações de causa e consequência e linearidades que nem sempre ocorrem ou que, no mínimo, são menos simples do que aparentam. Isso torna nossa escrita mais sinuosa; porém, permite que expussemos o Boca de Rua para além do fato de ser um jornal (embora seja isso também) e para além de ser um projeto social (embora seja isso também). Interessa-nos traçar as linhas desse *algo mais* que escapa e que nos põe em movimento ao persegui-lo. “[...] o ‘Boca’ é bem mais que um jornal. É um compromisso improvável que envolve pessoas em situações precárias e marginais” (Boca de Rua, [s.d.]). Compreender as possibilidades de efetivação dessa improbabilidade é que nos parece o mais importante; assim, queremos falar menos de suas formas concretas e mais dos processos que fazem com que assuma essa forma particular em lugar de outra qualquer.

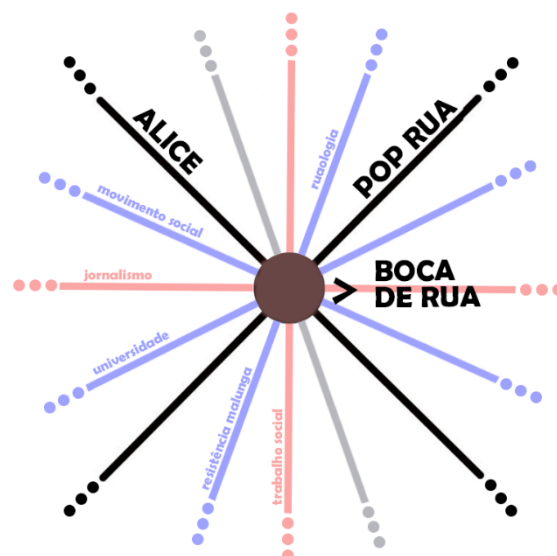
Dessa forma, começamos delineando o que entendemos ser a intersecção fundamental a partir da qual emerge o Boca de Rua, que se dá entre Alice e a experiência de rua de um grupo particular de pessoas em situação de vulnerabilidade social que frequentava a praça Dom Sebastião, em Porto Alegre. Esse é o cruzo que funda o fenômeno por nós estudado (Imagem 1). Cada uma dessas linhas são, elas próprias, atravessadas por outras, que também afetarão os modos de ser do Boca de Rua (Imagem 2) – são seus sistemas modelizantes.

Imagem 1 – Sistemas modelizantes do Boca de Rua [1]



Fonte: elaboração própria.

Imagem 2 – Sistemas modelizantes do Boca de Rua [2]



Fonte: elaboração própria.

A imagem do cruzo entre linhas como ilustração de sistemas modelizantes que fundam um sistema de signos (uma cultura), em lugar de círculos, como normalmente aparecem, parece-nos apropriada por demonstrar:

- (1) que os sistemas modelizantes excedem os sistemas ao qual dão origem; mais que isso, não sabemos precisar onde eles terminam ou que outros cruzamentos fazem (por isso, os três pontos no final de cada linha); em última instância, sequer podemos afirmar que, de fato, terminam, visto que seguem sendo atravessados e atravessando outras formas de ser que ocupam a semiosfera – não são sistemas fechados, o que está melhor representado pela linha não terminada;
- (2) nesse mesmo sentido, resta evidente que o sistema emergente recorta apenas parte das linguagens que o produzem e das suas formas de produzir linguagem (que, atreladas a outras, formatarão essa nova e peculiar forma de dizer o mundo);
- (3) as linhas também tornam mais visível o fato de tratarmos, efetivamente, de uma *encruzilhada* (no sentido dado por Rufino [2019, n.p.]: “As encruzilhadas nos apontam múltiplos caminhos, outras possibilidades”). Trata-se de um desvio, uma abertura de caminho: a miscigenação de linguagens que ocorre no atravessamento das linhas inaugura um novo modo de habitar a realidade, de lê-la e de expressá-la; instaura-se um novo sistema que será, ele próprio, uma linha de intensidade a agir em um novo estrato da semiosfera;
- (4) por fim, todo sistema cultural pode ser analisado sob este aspecto – as linhas que se cruzam para formá-lo. Ou seja: as culturas podem ser encaradas como resultado de articulações entre diferenças que formatam, provisoriamente, uma unidade. A lógica que predomina é a das miscigenações, e não a das essências.

As outras linhas que aparecem na imagem 2 – sistemas modelizantes da Alice e da cultura das pessoas em situação de rua (nomeada na imagem como “pop rua”) – acabam por

modelizar, em consequência, o Boca de Rua. As linhas relativas à Alice estão em vermelho; as relativas à população de rua, em azul. Ainda assim, as linhas se entrecruzam, e aquilo que é azul age também, no momento em que se faz a intersecção, sobre a Alice e vice-versa (algumas separações se dão a fins explicativos e são bastante limitadas. Não obstante, fazem-se dignas de nota por apontar para um momento anterior à mistura, facilitando a visualização desse fenômeno complexo). A linha cinza, não nomeada, faz referência a atravessamentos outros os quais fomos incapazes de perceber: algo sempre escapa (ao signo e ao texto, pode-se dizer, mas ao analista principalmente).

Por meio desses desenhos, esperamos deixar mais claro que, além de sua composição sincrônica (as pessoas em situação de rua, a Alice, as colaboradoras, as reuniões, a apuração jornalística, os exemplares impressos, o encontro com os leitores e com a cidade), o Boca de Rua é também composto por linhas diacrônicas: daí a importância da discussão dos termos *resistência malunga* e *Ruaologia*, aos quais chegaremos logo.

Entrando nos pormenores, a Alice aparece entrecruzada por jornalismo e trabalho social, linhas que ajudam a explicar inclusive o seu nome composto – Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação. Assim a organização se define, em suas próprias palavras: “[...] uma organização sem fins lucrativos, que desde 1999 trabalha para revelar o que a sociedade não vê, *defendendo o direito de todos à comunicação*, à cultura, à arte e à convivência harmônica em uma sociedade sustentável” (Alice, [s.d.], grifos nossos). A comunicação, portanto, está no cerne das atividades e das preocupações da instituição. Isso nos ajuda a compreender por que (para além das profissões das pessoas envolvidas no projeto – Rosina Duarte e Clarinha Glock, por exemplo, são jornalistas) a prática e a linguagem jornalística foram adotadas no projeto do Boca de Rua, cujo intuito inicial era dar visibilidade à realidade enfrentada por este grupo em situação de vulnerabilidade social: as pessoas em situação de rua da praça Dom Sebastião. Outros caminhos poderiam ter sido explorados – a literatura; a oferta de denúncias oficiais a órgãos de justiça e humanitários; ou oficinas de arte para dar vazão a essas vozes silenciadas no debate público, uma vez que a Alice também conta, entre seus e suas voluntários/as, com escritores/as, advogadas/os e artistas.

Contudo, a defesa explícita do direito à comunicação e o movimento contra o silêncio imposto pelas mídias convencionais, expressos acima, fizeram com que o Boca de Rua se voltasse exatamente para a linguagem que gerava o silenciamento. O jornalismo exprime, historicamente, posições de autoridade e de credibilidade; constitui-se como espaço de denúncia, de voz e de aparição social – ou *desaparição*, seria mais apropriado dizer. Afinal, ao se dizer uma coisa, não se dizem muitas outras: “[...] o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição de sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Dizer e silenciar andam juntos” (Orlandi, 1992, p.55). Assim, o coletivo que se inaugurava ali acabou por adotar um discurso cuja força ele próprio já experienciava, só que pelo viés negativo. O Boca de Rua assume uma *contraposição*: “A gente só queria se contrapor ao que o jornalismo estava se transformando. Ou seja: um porta-voz dos ricos, famosos, bondosos, bonitos, vencedores. A gente queria se contrapor a isso” (Duarte, 2024).

Ciente da força do discurso jornalístico, o Boca de Rua constituiu assim sua redação, fiando o trabalho nos valores de verdade e de denúncia ligados a essa linguagem. Além disso, a posição da qual fala – *desde* a rua e, majoritariamente, *sobre* a rua – acarreta também maior credibilidade para os conteúdos que publica, em geral escritos na primeira pessoa do plural (*nós*). Em entrevista, Aline, integrante do projeto, sublinha a confiança nos predicados de factuali-

dade atribuídos ao jornalismo: “[...] o jornal [Boca de Rua] é importante porque as pessoas têm que se informar do que acontece na rua [...] O que ele faz é trazer informação das pessoas em situação de rua, de verdade. *E tudo o que sai no jornal é fato, né?*” (grifo nosso). Jones diz algo semelhante: “[Tem que] botar o que é a realidade, não ficar inventando, ficar maquiando as coisas”.

Bastante evidente nas falas dos integrantes do projeto é a disputa com outros jornais regionais, em especial Zero Hora e Diário Gaúcho. A comparação com o jornalismo convencional é comum e age na autoafirmação do grupo. Porém, ressaltamos nossa discordância com uma mera afirmação pela negação (o Boca de Rua *não* é a Zero Hora; *nem* é o Diário Gaúcho e assim por diante). Com 25 anos de experiência *fazendo* e *pensando* comunicação, percebemos nesse periódico produzido por pessoas em situação de rua um vigor epistemológico próprio: a referência está na sua trajetória, e não fora dela. Portanto, mesmo que aceitemos a particularidade do Boca de Rua, que produz um jornalismo distinto – *não-convencional* –, sabemos que assim operam todos os discursos, que emergem de relações específicas na semiosfera. A linguagem do Boca de Rua é tão particular quanto qualquer outra. Ser “convencional”, portanto, resulta de uma *tomada de poder* (Deleuze; Guattari, 2011): o “centro” em relação ao qual as pessoas em situação de rua são *ex-cêntricas*, do qual elas são postas como “fora”, baseia-se em uma política de exclusão que busca a produção e a efetivação de uma unidade específica.

Para além da linguagem jornalística, há outra linha que também age na formatação do sistema cultural do Boca de Rua partindo de uma modelização do sistema-Alice: a lógica de um trabalho sem fins lucrativos (chamamos de “trabalho social”, mas poderia ser chamado de voluntarismo ou termos assemelhados), fundado na solidariedade antes do lucro. Essa é uma dimensão importante do fenômeno ora estudado, uma vez que nele estão postas em relação pessoas e grupos com diferentes condições socioeconômicas – as pessoas em situação de rua, quem já deixou a rua, as jornalistas da Alice, universitários, colaboradoras. Que a Alice lucrasse com o trabalho de pessoas vulnerabilizadas seria um risco capaz de paralisar o projeto; a transparência na gestão do dinheiro, portanto – inteiramente voltado às pessoas com trajetória de rua e à impressão dos exemplares – é importante para o estabelecimento de relações de confiança. Aliás, Rosina frisou em diferentes ocasiões que estabelecer laços de confiança é a grande dificuldade do Boca de Rua; e assim foi desde o início (Duarte, 2024). Mas é esse – paralelamente – seu ponto mais forte, aquilo que faz com que o projeto se sustente por mais de duas décadas. Em que pese essa confiança se construir também por outros fatores (a presença e a constância nas reuniões, por exemplo), certamente ela passa pela relação “desinteressada”, economicamente, por parte da Alice. Esse tema é central no Boca de Rua e densifica algumas das linhas que pudemos identificar em nossa pesquisa de campo. Toda a remuneração obtida com a venda de exemplares físicos fica com o integrante que fez a venda, e a totalidade do valor arrecadado em assinaturas digitais é destinada às impressões do periódico em gráfica, sem nenhum tipo de taxa cobrada pela Alice.

As linhas vinculadas à cultura da população de rua complexificam ainda mais o fenômeno Boca de Rua. O cruzamento com o movimento social¹³ modeliza a circulação de vozes nas reuniões, ao formatar uma lógica de assembleia em que todas e todos, sentadas/os em roda, podem falar, e onde o coletivo é soberano nas decisões. A universidade atravessa-se ao

¹³ Alguns jornalistas do Boca de Rua integram, também, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), o que gera uma intersecção entre espaços de luta distintos (em objetivos e em métodos, mas com aproximações óbvias).

Boca de Rua pelo fato de a maioria – mas não a totalidade – das colaboradoras¹⁴ chegarem até ali por meio de algum projeto universitário (eu inclusive). Por sua vez, a Ruaologia – o saber de quem vive nas ruas, sobre o qual falaremos mais na subseção 4.3 –, tensiona papéis de autoridade, tanto em relação à Alice quanto a conceitos e práticas tradicionais do próprio jornalismo, como a hierarquia entre editores e repórteres (no caso do Boca de Rua, esses últimos têm a palavra final – ou são, no fundo, os editores dos editores, se considerarmos que as jornalistas da Alice, Rosina principalmente, exercem o papel de editoras). Por fim, há um cruzo fundamental – do qual, em realidade, a Ruaologia é consequência (e por isso estão na mesma linha na imagem 2), que é a memória (e a resistência a ela) da escravatura e do colonialismo estruturantes do Brasil, que rejeita corpos negros e lhes impõe silêncio e degradação social. Rasgo diacrônico, essa linha age no presente ainda, persistente, e dá ao Boca de Rua mais de um começo. Afinal, não é acaso a maioria das pessoas em situação de rua no Brasil serem negras (68% se autodeclaram assim no Brasil, segundo Natalino [2024]). Dada a relevância desse facho de intensidade, a subseção 4.2 será dedicada a seu aprofundamento.

Antes, porém, falaremos deste começo mais recente, a articulação entre Alice e população de rua, e sobre a constituição do espaço do jornal.

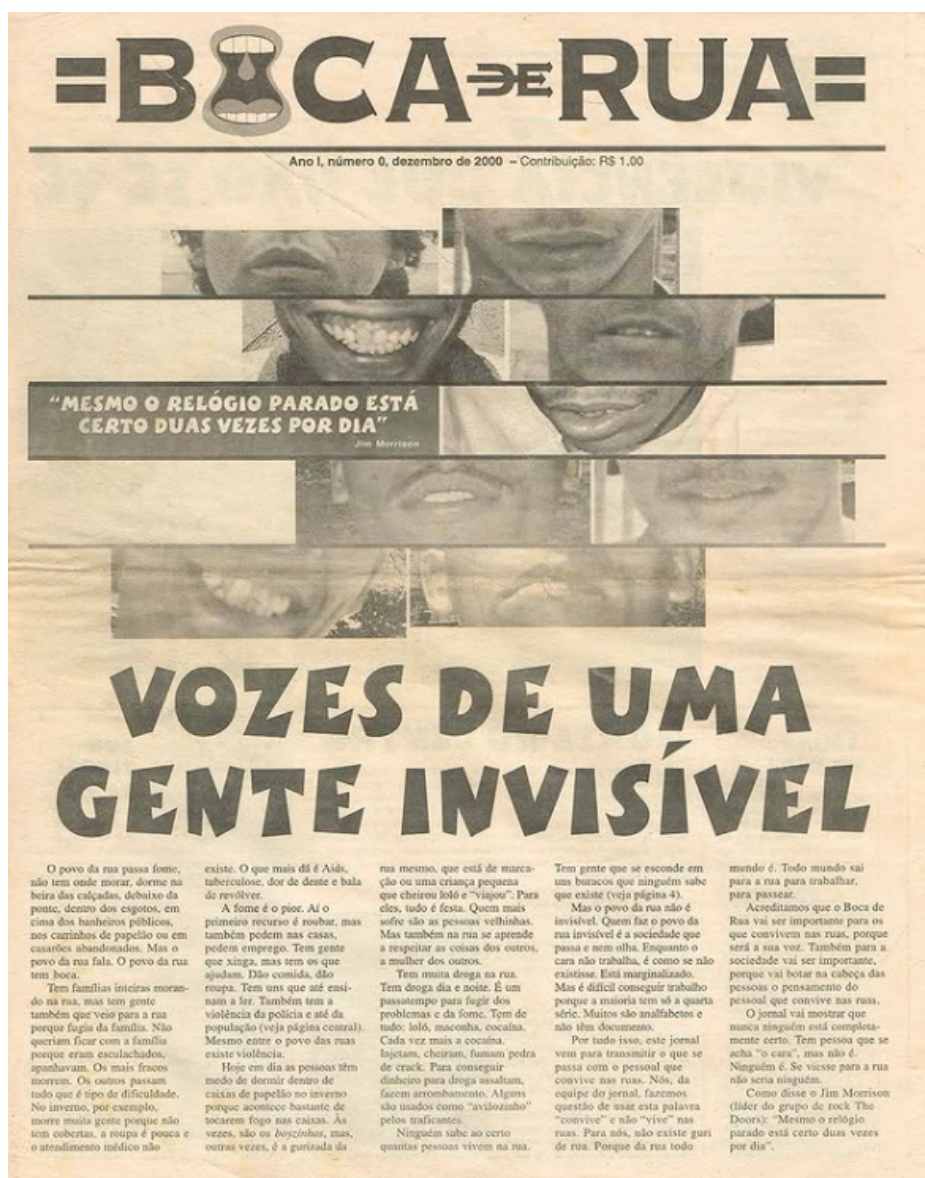
4.1 Consolidação do projeto

A Alice é, portanto, o nascedouro da ideia, corpo de onde emergem um primeiro gesto de aproximação a um grupo de pessoas em situação de rua e a proposta para que se produza, *dali*, um projeto de comunicação. O pano de fundo – e outra linha de força, poderíamos acrescentar, à imagem 2 – é a realização do Fórum Social Mundial, que reuniu, em 2001, organizações e lideranças da esquerda mundial em Porto Alegre para se pensar em *um outro mundo possível* (era esse o lema do evento). Com o intuito de ampliar a diversidade de vozes que circulavam pela cidade e *produzir* esse “outro mundo” por meio da escuta de uma realidade silenciada, Rosina Duarte e Clarinha Glock foram ao encontro do grupo na praça Dom Sebastião e propuseram que contassem suas histórias e perspectivas em relação ao mundo e à realidade social. Michelle Aparecida Marques dos Santos era uma dessas pessoas na praça que ouviu a proposta das jornalistas. Ela ainda integra o Boca de Rua, 25 anos depois, e assim descreveu esse primeiro encontro:

Tudo começou lá na “Praça do Cachorrinho” [...] Ali tinha umas pessoas moradores de rua, pessoas que cuidavam dos carros, tinha sempre um pessoalzinho por ali. Daí chegou a Rosina Duarte e a Clarinha Glock, que foram essas duas jornalistas que vieram perguntar para nós se tínhamos interesse em fazer um jornal. De criar um jornal mostrando a nossa realidade: como é viver na rua, o que a gente queria mudar, o que a gente queria falar para as pessoas... Mostrar a nossa realidade, falar por que a gente está nessa dificuldade, entendeu? O Jornal Boca de Rua foi criado assim [...] A primeira edição foi “Vozes de uma gente invisível” [...] Então, se era uma gente invisível, a partir do jornal [...] já não foi mais (entrevista com Michelle).

¹⁴ A opção por escrever no feminino é por serem mais mulheres do que homens a exercerem essa função, ao menos ao longo do período em que estivemos em campo.

Imagem 3 – Capa da primeira edição do Jornal Boca de Rua, de dezembro de 2000



Fonte: Boca de Rua (2021)

Assim era o modo de funcionamento do Boca de Rua em seu princípio: Rosina e Clarinha gravavam as vozes dos participantes do projeto, enquanto conversavam sobre assuntos diversos relacionados à experiência de se viver na rua. Isso era depois transcrito para as páginas do jornal. Essa prática é, ainda hoje, mantida nas escritas coletivas do grupo – alguém, em geral Rosina ou alguma colaboradora, anota as falas que emergem de discussões sobre determinada pauta, a fim de subsidiar a produção dos textos mais tarde. Há um cuidado para que se mantenha o vocabulário utilizado pelas pessoas com trajetória de rua, as palavras escolhidas por quem de fato viveu as situações narradas. A manutenção dessa prática, claro, não significa que não houve mudanças nas lógicas de trabalho do Boca de Rua ao longo do tempo. Especialmente, parece-nos que o tempo se ocupou em descentrar o papel da Alice: com o passar de reuniões, discussões e impressões (de jornais), os integrantes do

projeto foram ampliando sua participação, envolvendo-se mais nas decisões editoriais e de pauta. Com o aprendizado prático, técnicas foram sendo dominadas e, mais que isso, passou-se a ter na equipe a compreensão da importância de contra-argumentar discursos prévios a respeito deles, para dar outra significação ao “morar na rua”. Daí que, de fato, quem habitava calçadas, praças e viadutos da cidade assumiu seu papel de jornalista, ao perceber a disputa simbólica por trás de cada texto, reagindo a uma rede discursiva que falava já delas e deles – os discursos, afinal, não começam em nós: “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós” (Orlandi, 1999, p.35).

Tal alteração pode ser percebida em muitas das conversas que tivemos com os membros da equipe: de início, a aproximação com o jornal se dava porque se percebia, ali, uma possibilidade de geração de renda. Importava menos a disputa de sentidos. Com o tempo, porém, passou-se a entender essa dimensão simbólica e a disputá-la mais ativamente.

No começo mesmo, a minha intenção era eu ter algum fim lucrativo, entendeu? Não posso mentir [...] Na hora eu não queria saber se o jornal era feito por morador de rua ou se não era. Eu queria era arrumar um lucro ali pra mim [...] Depois que eu comecei a entender que eu fui mais participativo, que daí eu fui ver qual que era a intenção do jornal [...] com o tempo que eu fui entender realmente o que que era a função do jornal, o que que o jornal fazia, qual que seria a minha função ali (entrevista com Carlos).

Sobre o papel da Alice, com a experiência de campo, ficou evidente para nós que o coletivo Boca de Rua faz-se plural, não se encerrando nem na Alice nem nas colaboradoras e nem mesmo na população de rua, os protagonistas do projeto; trata-se de uma articulação entre as partes. As próprias metodologias de trabalho foram criadas (e recriadas) coletivamente: “Com a metodologia que se criou lá dentro, e se criou *mesmo*, porque a gente chegou e não sabia o que fazer com aquela gurizada, e foi se criando uma maneira de trabalhar conjunta” (Duarte, 2024). Em termos práticos, cabe à Rosina o desafio de facilitar as reuniões e de garantir que o jornal cumpra seus prazos, somando-se ainda o gerenciamento eventual de necessidades pessoais de integrantes, que trazem dúvidas e situações externas ao projeto, entendendo o Boca de Rua como um espaço de socialização mais amplo do que *apenas um jornal* (ainda que muitas vezes Rosina tenha frisado que aquele é um projeto de comunicação, constitui-se ali, inegavelmente, um lugar de acolhimento e de convivência). Esses fatores todos demonstram a complexidade do papel executado pela Alice – particularmente por Rosina, que é chamada de “mãe” por muitos dos membros da equipe. Michelle explica o porquê: mãe é quem não abandona, é quem dá afeto e acolhe (Pablito Aguiar, 2024).

Quanto às colaboradoras, diversas pessoas já passaram pelo Boca de Rua e exerceram o papel de apoio à Alice e aos membros do grupo – seja anotando falas durante discussões de pauta; acompanhando saídas de campo para produção de reportagens; ou emprestando um telefone celular para uma ligação ou para um registro fotográfico. As demandas variam muito, conforme necessidades coletivas, o que dificulta inclusive uma definição mais clara do significado de *colaborar* (talvez a definição seja, exatamente, esta abertura: a disposição em ajudar com o que for preciso). Durante nossa experiência de campo, além de nós, outras

cinco pessoas ocupavam esse espaço¹⁵ – três delas vinculadas à universidade. Basicamente, o combinado com o grupo é estar presente e disposto a contribuir com o funcionamento do jornal, indo além do interesse pessoal que levou cada um e cada uma até ali.

4.2 Resistência malunga

No Brasil, 68% das pessoas em situação de rua se declaram negras – 51%, pardas; 18%, pretas. Os números são de Natalino (2024), que analisa a situação de rua a partir de informações contidas no Cadastro Único, base de dados do governo federal cuja função é auxiliar a implementação de diversas políticas públicas voltadas à inclusão social. A porcentagem de negros na população brasileira é de 55,9%, sendo 45% pardos e 11% pretos (IBGE, 2023). Ou seja, há, entre as pessoas em situação de rua, predominância da população negra em grau maior do que na população brasileira. Nossa convivência com o Boca de Rua confirma a constatação. Dito isso, parece-nos leviano excluir da discussão seu caráter racial. “A conexão entre a situação de rua e a discriminação racial no Brasil é multissecular” (Natalino, 2024, p.30).

Além de serem a maioria dos corpos *postos* em situação de rua, o próprio estar na rua, se se é negro, é distinto do estar na rua se se é branco. Por exemplo, Oliveira *et al.* (2024) avaliam a probabilidade de uma pessoa em situação de rua dormir em albergues ou ser encontrada efetivamente dormindo nas calçadas – o resultado varia conforme a raça (entre outros fatores, como a idade). Eles afirmam que os negros, assim como os indígenas, têm maiores chances de serem encontrados pernoitando nas ruas do que os brancos, “[...] ou seja, a rua é mais racializada do que os albergues, ainda que em ambos a maioria da população em situação de rua seja negra (Oliveira *et al.*, 2024, p.43-44)”.

A experiência comunicacional de um grupo de pessoas em situação de rua, portanto, está absolutamente associada a essa história, cujos traços carregam a memória do povo negro afro-brasileiro. Estamos falando de uma linha diacrônica cujo vigor se alonga no tempo e no espaço, indo além de um aqui e de um agora, e que, por isso, inaugura o Boca de Rua antes de seu começo mais óbvio, sobre o qual falamos acima, o encontro da Alice com um grupo de pessoas em situação de rua no centro de Porto Alegre, no início dos anos 2000. É neste sentido que afirmamos a comunicação do Boca de Rua como *malunga*. “Malungo”, entre outros sentidos possíveis, designa “companheiros da mesma embarcação”, expressando, no Brasil, parentescos forjados por povos escravizados em navios negreiros (Slenes, 1992) – travessia marcada por sua extrema violência de desenraizamento, cujos rastros expressam-se ainda hoje, latentes. Letícia Simões (2022) posiciona o termo malungo como uma “operação”, referindo-se à “[...] formação de um laço identitário subjetivo e eterno a partir da experiência violenta da travessia negreira [...] uma relação produzida a partir da tensão da violência (Simões, 2022, p.181).

A definição serve especialmente bem às pessoas em situação de rua: muitas foram expulsas de casa e, vendo cortados os laços familiares, acabam migrando para outros territórios, em geral as grandes metrópoles; e, à imagem e semelhança dos negros trazidos à força de diferentes países e regiões africanas no passado, encontram nos seus iguais, aqueles

¹⁵ Eram: Ana Carolina Pinheiro, Caroline Sarmento, Lawis Sfoggia, Talita Fernandes e Thais Marques (além de Luiza Maia, que estava afastada das reuniões, porém contribuía em tarefas realizáveis à distância, como o envio de exemplares para assinantes).

que também enfrentam o flagelo do abandono e do descaso – embora possam ser completos desconhecidos – um familiar, uma comunidade. Diante desse histórico, Rosina exalta a *capacidade de sobrevivência* do Boca de Rua, que é consequência, óbvio, da de seus integrantes: “Muitas vezes eu achei assim: ‘O Boca vai terminar’. Não tem dinheiro, a gurizada está enlouquecida, fazendo ‘ladaia’ [...] ‘Vai terminar’. Mas nunca... eles sempre acham um jeito. O Boca tem a capacidade de sobrevivência dos seus integrantes” (Duarte, 2024, grifo nosso).

Vemos no Boca de Rua, portanto, o prolongamento de uma longa linhagem de linguagens de *resistência malunga*. Com isso, não se está a rememorar o passado apenas: a escravidão é uma história atual no Brasil, não só em seus efeitos (como repercussão, no presente, de algum acontecimento passado), mas em sua atualidade *estruturante*. A ETM afirmará que a memória – o conjunto de textos de uma cultura – tem uma função modelizante, ou seja, volta-se ao futuro ao impactar as formas com que traduções ganharão consistência, ao influenciar a maneira com que estruturamos a realidade à nossa volta. No caso brasileiro, a memória da escravidão, recalcada, segue projetada para o futuro, repetindo e amplificando suas violências. Nesse contexto, o ato do Boca de Rua de inscrever corpos, palavras, pensamentos e desejos de pessoas em situação de rua no debate público ganha maior peso. É a resistência à que se refere Edisson quando pedimos para que explique o Boca de Rua em poucas palavras: “Resistência, muita resistência”, disse.

À nossa vez, entendemos o sentido de “resistência” junto a Foucault (2004), que a afirma como a capacidade de produção de novas linguagens, ou seja, de se dizer o mundo de um outro modo. Isso o Boca de Rua logra, ao jogar com sua gramática, fazendo-a circular e difundindo-a na arena pública. A materialização do discurso da população de rua em um jornal o torna agenciável em uma nova modalidade, possibilita *novos modos de inserção* na sociedade, permitindo às pessoas em situação de rua que alcancem circuitos que antes não alcançariam (Mizoguchi; Costa; Madeira, 2007). Por esse caminho, Rosina percebe no jornal da população de rua uma *força de propagação intensa*:

[O Boca de Rua] é algo que é modesto. Sim, é modesto. Mas ele tem uma capacidade de se propagar muito grande, como uma pedra que tu jogas na água e ela forma aqueles círculos que ficam enormes, muito maiores que ela. Essa capacidade eu acho que o Boca tem, de agir dentro da sociedade (Duarte, 2024).

4.3 Ruaologia

Apesar da violência extrema de nosso passado-presente colonial, fundamentado nas relações de escravidão, é importante frisar que o Boca de Rua é, antes de tudo, uma afirmação de vida – resistir, afinal, é isto: é afirmar o mundo a seu modo. Assim opera a linguagem malunga ao constituir seu saber próprio, sobrevivente, potente. A alegria e a criatividade são gestos marcantes da resistência do Boca de Rua, o que é palpável em suas reuniões. O Boca de Rua *não se limita ao ressentimento*, como sublinha Duarte (2017, p.201). É dessa capacidade de driblar a tragédia, de escapar dela vez após vez, que aflora a Ruaologia: o saber que nasce da experiência de rua, das necessidades e oportunidades impostas pelo território. Tal habilidade de driblar está relacionada a uma *pedagogia da ginga*, como proposta por Patrícia Pereira (2019). A ginga diz respeito à forma com que comunidades tradicionais quilombolas dançam, escapam

e atacam as linhas entrecruzadas da violência racial fundante do Brasil: “Este conhecimento [a ginga] é capaz de analisar quando se faz necessário defender e quando se faz necessário atacar, quando se faz necessário o deslocamento e quando se faz necessária a territorialização” (Pereira, 2019, p.173). Assim, entendemos que há um encontro – na Ruaologia – dessas duas pedagogias: a da ginga e a das encruzilhadas. Essa segunda, como explica Rufino (2019, n.p.), também *busca o tempo certo da rasteira*. O saber de encruzilhada, no Boca de Rua, ocupa-se em criar alianças e novos modos de falar, impondo sua voz ao debate público em recusa ao silenciamento; o saber da ginga ensina a esquivar e a resistir frente a ataques históricos.

Sobre a Ruaologia, os integrantes do Boca de Rua explicam: trata-se de um saber que emerge das práticas exigidas para a sobrevivência na rua. Nesse sentido, é transdisciplinar, já que as exigências variam muito (Gastronomia, Farmácia, Ciência Política, Arquitetura, Urbanismo, Comunicação, Linguística etc.). Em entrevista, Anderson frisa que, quando essas áreas se unem na experiência da rua, *faz-se a Ruaologia*.

A Ruaologia é a faculdade de quem passou pela rua. Tem a faculdade das pessoas que fazem Psicologia, ficam lá 5 anos; quem faz Medicina; tem mestrados, doutorados... A Ruaologia é isso, ela é um ensino da rua, uma faculdade, um doutorado, um mestrado da rua, entendeu? Essa palavra é tudo isso. Porque a gente ia em muitas universidades, falando para eles sobre aquilo ali. Daí um dia essa palavra veio no meu coração, peguei e expressei ela numa palavra, falando que eles tinham a Psicologia, mas a gente tinha a Ruaologia, que é uma faculdade de quem passou pela rua (entrevista com Carlos).

Uma vez eu me lembro que a gente estava fazendo uma palestra e o Carlos veio com essa daí do nada. Ele pegou e falou assim para um universitário, os estudantes de lá: “Vocês podem ter faculdade em Filosofia, Biologia, outras coisas mais, mas nós temos a Ruaologia, que é saber viver na rua. Saber se desdobrar na rua, né? Saber os perigos... onde está o perigo que a rua te oferece e onde não está. Onde tu pode fazer uma refeição e onde tu não pode. Isso é saber andar na rua. Aí depois eu falei pra galera: “Mas antes de chegar na faculdade de Ruaologia, tu tem que fazer mestrado em *Medisquina*.”¹⁶ Daí entra a galera lá de cima, tá ligado? A que desce das periferias para o asfalto (entrevista com Michel).

Parecem-nos evidentes as dificuldades impostas à constituição deste saber: a história da escravatura e do colonialismo na qual se inscreve a situação de rua esforça-se, ao longo do tempo, por apagar os rastros dos conhecimentos dos povos negros. Porém, falha em sua tarefa – o Boca de Rua é evidência cabal disso. Há um escapamento, e esses corpos seguem a falar – *abrem a boca da rua*. Há uma edição interessante do Boca de Rua (número 66) que compila um “dicionário de ruaologia”, mostrando o significado de diversos termos utilizados por quem está em situação de rua. Exemplos: “Aba: É a marquise ou o viaduto que protege do sol e da chuva. Debaixo dela, o morador de rua monta a sua cama”; e “Macaquinhos: São aqueles saquinhos que as pessoas deixam pendurado nas árvores com comida” (Boca de Rua, 2018). O desenvolvimento de uma gramática específica – uma forma particular de falar, um vocabulário *seu* – está também vinculado à estruturação da Ruaologia.

Nada disso retira o peso e os desafios de dar consistência a esses saberes. Em uma reunião, Nilson Lira Lopes, integrante do jornal, disse algo marcante sobre isso: “Eu estava muito preocupado com a minha sobrevivência”, afirmou, lembrando os obstáculos para se organi-

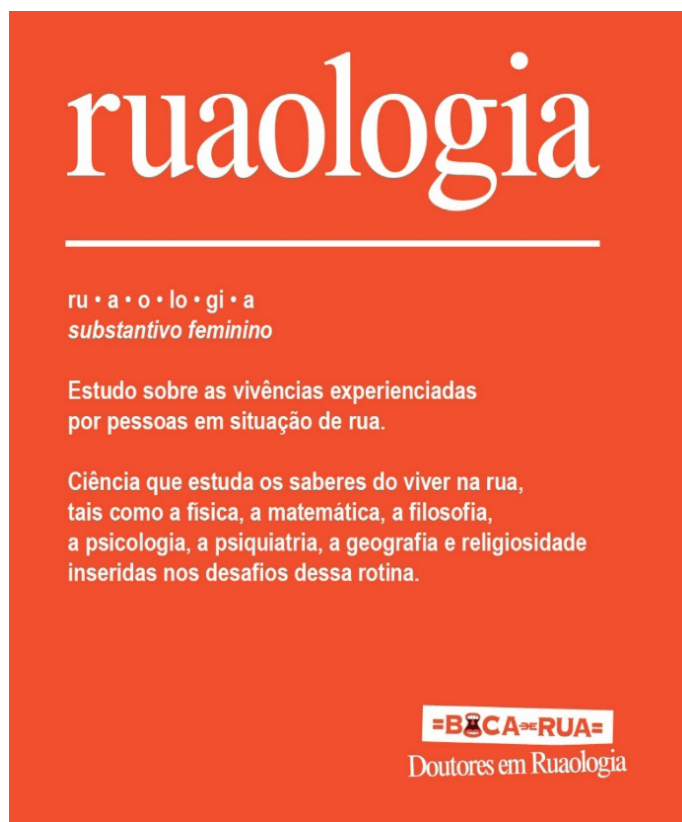
¹⁶ *Medisquina* une os termos “medicina” e “esquina”. É a faculdade de quem cursa a Ruaologia, brinca Michel.

zarem coletivamente e para sistematizarem os conhecimentos da rua. Mas há, inegavelmente, uma espécie de *teimosia* dos saberes malungos, aos quais se dedicou muita energia em extinguir e que, ainda assim, seguem se articulando, reproduzindo-se, alastrando-se. Mbembe (2004, p.91) ressalta a impossibilidade de silenciar terminantemente os corpos negros:

Situados à força num mundo à parte, reservando as suas qualidades de seres humanos para lá da submissão, aqueles que tinham sido adornados com o nome de “negro” produziram historicamente pensamentos muito seus e línguas específicas. Inventaram as suas próprias literaturas, músicas, maneiras de celebrar o culto divino.

Por fim, retomamos o termo proposto por Michel – *medisquina*. Junção de “medicina” e de “esquina”, há aí, em nosso entendimento, um outro chiste, um paradoxo: especialmente quando pronunciada, a palavra pode ser ouvida como “mei-disquina” – *meio de esquina*. Esquina, porém, é a curva – não teria um “meio”. É o próprio encontro das linhas perpendiculares: a encruzilhada. Para Michel, há ainda outro sentido do termo: *medisquina* também soa como “*made in* esquina”. *Made in*, traduzido, significa “feito em”, ou seja: *medisquina* pode significar *feito na esquina*. Tal sentido reforça a vinculação territorial da Ruaologia, saber oriundo da experiência do viver nas ruas.

Imagem 4 – Material de rede social do Boca de Rua, explicando o termo Ruaologia



Fonte: Boca de Rua (2023).

Ao se cruzarem essas linhas na semiosfera, como desenhadas na imagem 2, emerge um projeto de comunicação que integra, em suas rotinas de produção, as vozes e pensamentos de pessoas em situação de rua; brotam palavras *a partir dali*. Esse modo de ser acaba por evidenciar outras facetas da realidade social, complexificando-a; constituem-se outros regimes de dizibilidade e de visibilidade, outros possíveis. Espaço de voz diversa, o Boca de Rua dá amplitude aos processos de significação do mundo, dizendo-o de *outro lugar*. Ao efetivar linhas de fuga, o Boca de Rua faz o rizoma; é intensidade de abertura em outras direções (a própria encruzilhada, dizíamos junto a Rufino [2019]). Assim, acaba por promover – por trazer à tona a voz de um grupo de pessoas tradicionalmente silenciado – o direito à palavra, tal qual está estampado na fachada da Casa Alice (imagem 5), onde ocorrem as reuniões da equipe toda terça-feira.

Imagem 5 – Fachada da Casa Alice, em Porto Alegre, local das reuniões do Boca de Rua. Uma mensagem de “pelo direito à palavra” aparece junto ao número do imóvel



Fonte: arquivo de Fábio Saraiva Corrêa, integrante do Boca de Rua

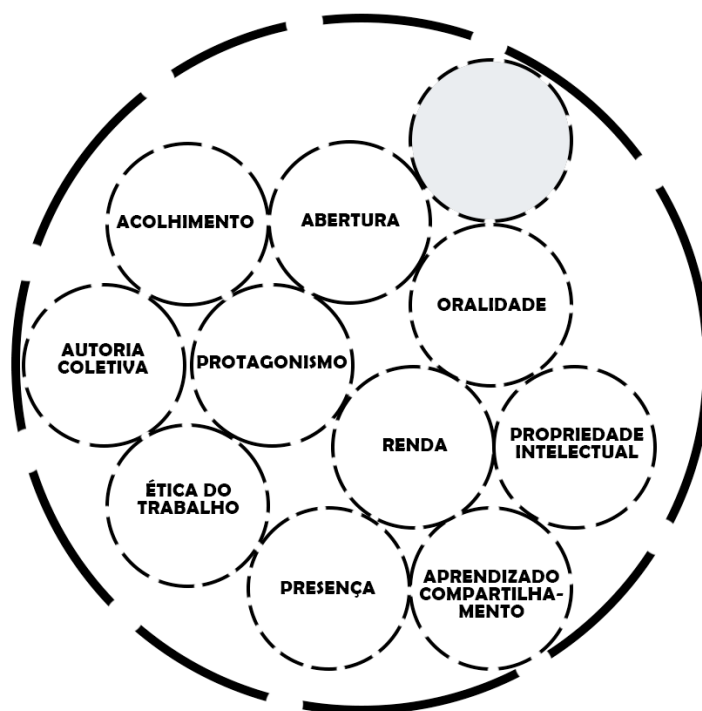
5 As zonas de intensidade do Boca de Rua

Nesta seção, nos ocuparemos de uma descrição (produtiva) dos processos do Boca de Rua, que acabam por formatar seu modo singular de falar – uma linguagem *sua*. Se, antes, descrevemos seus sistemas modelizantes, as linhas que se entrecruzam para formá-lo, agora nos aprofundaremos nas textualidades que emergem dessa encruzilhada específica, fazendo o Boca de Rua tal qual é. Tais zonas – como explicamos em nossa discussão metodológica – ganharam

consistência a partir de nossa experimentação junto às rotinas do grupo e das entrevistas em profundidade, em que discutimos as percepções dos jornalistas sobre as comunicações que realizam, para além de um relato de suas práticas. Nosso objetivo era entender não só o que eles fazem (ao que a observação poderia nos levar), mas o que pensam a respeito do que fazem.

Primeiro, é relevante destacar que não há, entre as zonas de intensidade aqui inscritas, uma ordem de importância delimitada: todas são codependentes e se atravessam umas às outras, afetando-se mutuamente. Por isso o pontilhado, que serve inclusive como demonstração de abertura ao espaço alossemiótico (imagem 6). Há atravessamentos e permeabilidade de fronteiras também em âmbito interno (existem relações dentro-fora naquilo que se imagina ser o “dentro” do sistema também). Essas zonas – as textualidades que soubemos perceber no Boca de Rua – compõem o sistema cultural o qual analisamos, como demonstrado a seguir. Contudo, tampouco a localização das zonas está bem determinada – não deveria haver tal distinção entre centro e periferia do sistema. É um limite do desenho que não transmite a complexidade e a dinamicidade que gostaríamos. A semiosfera e os sistemas e textos que a habitam resistem a uma apresentação bidimensional.

Imagem 6 – Sistematização das zonas de intensidade do Boca de Rua



Fonte: elaboração própria.

Abaixo, aprofundaremos a explicação de cada uma dessas zonas. A zona cinza, não nomeada, ressalta o fato de não propormos uma explicação *total* do fenômeno analisado. Estamos cientes de que ele nos excede e excede nossas explicações – há mais a se dizer sobre o Boca de Rua do que dizemos aqui.

As zonas são:

- ♦ *Acolhimento*. Para participar do Boca de Rua, basta querer e ter frequência. Não há pré-seleções, não se solicita nenhum tipo de antecedente;

- ◆ *Abertura: pedagogia da roda.* Todas e todos podem falar, em uma lógica horizontal. Senta-se em roda, de forma a todos se enxergarem e se ouvirem em igualdade;
- ◆ *Protagonismo.* Nem toda a equipe que integra o Boca de Rua tem trajetória de rua (as jornalistas da Alice, as colaboradoras, eventuais pesquisadoras/es que se aproximam do grupo...). As pessoas em situação ou com trajetória de rua são as vozes centrais das narrativas construídas: é essa a perspectiva de onde o mundo é dito. São elas que, efetivamente, saem às ruas e *fazem* o jornal acontecer, realizando entrevistas, registrando imagens, discutindo pautas e textos, o que faz do Boca de Rua um fenômeno singular quando comparado a outras experiências comunicacionais que integram pessoas em situação de vulnerabilidade em seus processos (geralmente apenas no momento da venda);
- ◆ *Autoria coletiva.* Os textos, em geral, não têm assinatura individual; são produzidos coletivamente. Assim, emerge uma voz comum e plural – *a boca da rua*;
- ◆ *Oralidade.* As reportagens são escritas a partir do compartilhamento de relatos orais. Uma colaboradora anota o que é dito para, pouco a pouco, costurar um texto a partir dali, o qual deverá ser aprovado na sequência, por meio de sua leitura coletiva na roda. Há o cuidado de manter-se o léxico da rua, tal qual foi dito originalmente;
- ◆ *Presença.* Tudo é decidido durante a reunião semanal do grupo, entre todas e todos. Isso dá ao jornalismo do Boca de Rua uma outra temporalidade, em consonância com a realidade de quem vive nas ruas e tem como prática a comunicação face a face, desvinculada das supressões temporais vinculadas a avanços tecnológicos;
- ◆ *Ética do trabalho.* Há uma série de regras internas ao Boca de Rua, criadas e fiscalizadas pela própria equipe. Mais do que um projeto social, trata-se de um ambiente de trabalho – é, afinal, uma redação de jornal. Além disso, estar no Boca de Rua complexifica os sentidos dados ao *morar na rua* que define essa população (alcunha redutora): os integrantes do projeto são jornalistas, desenhistas, poetisas, artistas, fotógrafos, produtores de conteúdos diversos;
- ◆ *Renda.* O dinheiro da venda dos exemplares fica integralmente com o membro que realizou a venda. Assim, o Boca de Rua efetiva-se como um complemento de renda importante para um grupo de pessoas postas em situação de vulnerabilidade. Em um primeiro momento, esse é o principal atrativo para que aqueles que estão em situação de rua se aproximem do projeto. Mais tarde é que a disputa simbólica contida no ato de se fazer um jornal é explorada;
- ◆ *Aprendizado e compartilhamento.* Os membros do grupo desenvolvem uma série de habilidades com a experiência de fazer jornalismo (o que fazem há 25 anos). Eles fotografam, definem quais as pautas prioritárias a serem debatidas em cada edição, criam narrativas, dão palestras, entre outras atividades. Há, ainda, um gesto de partilha dos saberes que cada um, individualmente, soube elaborar – sejam técnicas de venda, sejam maneiras de se comunicar e de atuar jornalisticamente;
- ◆ *Propriedade intelectual.* Há uma tensão a respeito do uso, por terceiros, dos conteúdos produzidos pelo grupo. Historicamente silenciadas na (pela) sociedade, as pessoas em situação de rua raramente (se alguma vez) foram consideradas “sujeitos produ-

tores de um saber”; logo, suas criações foram, e são ainda, apropriadas sem o devido crédito e consideração. Esta pesquisa, inclusive, busca ir na direção oposta, reconhecendo, de saída, que o Boca de Rua constitui uma profícua fonte de conhecimentos, com os quais temos muito a aprender.

Por meio dessas zonas de intensidade, portanto, efetiva-se uma linguagem singular, coletiva, acolhedora, resistente, crítica. Seu produto, mais do que um jornal, é uma comunicação propulsora de mudanças, potente, seja em quem faz, em quem lê ou em quem atravessa, de alguma maneira, o fenômeno-intensidade Boca de Rua. Frente a esses processos, evidencia-se, ainda, que não é apenas o “lugar de fala” das pessoas em situação de rua que alça este projeto a um patamar de relevância, mas sim as formas criativas com que desenvolveram, ao longo de duas décadas e meia, modos de dizer o mundo e de se fazer aparecer, combatendo uma invisibilidade imposta.

6 Considerações finais

Nosso objetivo neste artigo foi demonstrar como se efetivam a linguagem e os modos de comunicar do Boca de Rua, jornal que envolve as pessoas em situação de rua em todas as suas fases, da apuração jornalística à escrita das matérias e à venda de exemplares pelas ruas de Porto Alegre (a exceção é o momento de diagramação, realizado pela equipe da Alice, e da impressão, feita em gráfica externa, atividades que demandam um conhecimento muito específico e aparatos técnicos). A partir de uma *experimentação* de campo e de entrevistas em profundidade, a discussão se deu por meio da exposição dos sistemas modelizantes do Boca de Rua – as linhas que o formatam, em seus atravessamentos, enquanto um sistema cultural singular; e, por meio da delimitação de zonas de intensidade, processos e práticas que o efetivam de um jeito e não de outro. Ao todo, delineamos dez dessas zonas intensas, que produzem uma forma própria de falar e de dar sentidos (semiotizar). Em relação às linhas modelizantes, destacamos os traços prolongados da resistência malunga que se expressam por meio da linguagem inventada pela população de rua em um jornal; e a Ruaologia, saber que emerge exatamente da experiência concreta e áspera de habitar praças, calçadas e viadutos das metrópoles.

Terminamos, agora, com uma última ressalva – um sinal de atenção, a nós próprios e outras/os pesquisadoras/es que se aproximarem do Boca de Rua e de grupos postos em situação de vulnerabilidade social. Dissemos, desde o princípio, ser flagrante que a experiência desse grupo de pessoas em situação de rua que faz um jornal há 25 anos constitui uma fértil fonte de conhecimentos, com os quais seria importante dialogar. Mas nos parecem flagrantes, de igual maneira, os cuidados necessários diante de tal afirmação: a de aparência simplória, de que queremos *apenas aprender e ouvir eles*. Viveiros de Castro (2015) nos convida à reflexão, ao discutir o papel de uma antropologia contemporânea, pós-estruturalista. Ao propor uma reconstituição de seu campo, ele questiona idealizações a respeito do Outro, este maiúsculo, via de regra construído à semelhança ou em oposição ao pesquisador – o que no fundo não importa, visto que se trata ainda de um gesto narcísico da pesquisa que mantém um Eu no centro e o Outro sempre posto em relação a ele. Em caminho contrário, Viveiros de Castro sinaliza a fecundidade das alianças entre as partes postas em relação pelo rito da pesquisa:

Não poderíamos efetuar uma rotação de perspectiva que mostrasse que os mais interessantes conceitos, problemas, entidades e agentes propostos pelas teorias antropológicas se enraízam no esforço imaginativo das próprias sociedades que elas pretendem explicar? Não estaria aí a originalidade da antropologia: nessa aliança, sempre equívoca, mas amiúde fecunda, entre as concepções e práticas provenientes dos mundos do “sujeito” e do “objeto”? (Viveiros de Castro, 2015, n.p.)

Nossa proposta, aqui, é precisamente esta: aliançar-nos a (e não apenas extrair) algo que entendemos ser de profundo interesse à nossa área de investigação e a disciplinas vizinhas. Por um lado, buscamos escapar tanto da gana explicativa que acossa o fazer científico, que quer dizer ao mundo o que ele é ou deveria ser, quanto, por outro lado, da possibilidade de nos tornarmos apenas testemunhas apáticas do que nos é dito, eximindo-nos de um trabalho que é *também* nosso. O diálogo é via de mão-dupla, o que faz da pesquisa um ato coletivo. Pois que não nos dedicamos apenas a produzir (mais) um relato *sobre* uma experiência singular, dando-lhe (o nosso) sentido ao que germina dela; não *explicamos* o Boca de Rua, ao menos não nesses termos, nem fizemos algum tipo de crítica a seus modos de ser ou propusemos melhorias em seus processos, atitudes que não nos cabem. Porém, tampouco o Boca de Rua é sublevado a um panteão de idealizações, de onde poderia, gentilmente, ensinar-nos a respeito de sua comunicação e de sua linguagem, mais “puras” pois livres da contaminação de práticas colonizadoras da Ciência ou do Mercado. Ora, seria mesmo grosseiro depositar neles, nos integrantes do Boca de Rua, o peso desses idealismos, aos quais jamais se está à altura.

Ambas as perspectivas, cada uma em seu extremo, repetem a lógica do monólogo: ou falo eu, o cientista, dono da razão (a única); ou fala o outro, vivente de um mundo *mais real*, ideal, imaculado do jogo de interpretações e dos discursos sociais. Graeber e Wengrow (2022), antropólogo e arqueólogo, ao reescreverem a história dos agrupamentos humanos levando em conta uma “crítica indígena” ao pensamento hegemônico europeu, propõem reflexão semelhante:

As duas posições impedem qualquer possibilidade concreta de troca intelectual ou mesmo de um diálogo: debater com alguém tido como diabólico é tão difícil quanto debater com alguém tido como divino, pois quase tudo o que se pense ou diga será considerado descabido ou extremamente profundo (Graeber; Wengrow, 2022, p. 19).

Sob essa ótica, ou o outro não teria nada a nos dizer e por isso deveria – quando muito, e na melhor das intenções – *ser dito* (premissa que permitiu o surgimento de expressões insólitas, como “dar voz” a alguém, manifesta presunção de que essa lhe faltaria); ou então somos nós que devemos nos calar, cheios das culpas, e sair de cena. Nem um, nem outro, é o que diremos: nem tanto ao céu, nem tanto ao inferno – e sim à terra, de fato, ou ao território. É esse, afinal, o lugar das contradições, da ambiguidade, das simpatias e antipatias: o lugar da vida onde ela se dá e de onde derivam suas potências. O nosso empenho foi este: construir pontos de contato, criar intersecções e atravessamentos entre os conhecimentos gestados no cerne desse grupo de pessoas em situação de rua que há um quarto de século produz uma linguagem e um modo de se comunicar, e os campos instituídos dos saberes da academia (chamemos assim), lugar que repetidas vezes renegou às experiências territoriais o reconhecimento como *produtoras de saberes*.

Encruzilhar, dissemos já, é o objetivo lato, de mais larga amplitude de nossa investigação, e diz respeito a isto: frente à bifurcação, não optar nem por um nem por outro caminho disponível, mas *abrir um novo*. “A encruzilhada é a *boca do mundo*, é saber praticado nas margens por inúmeros seres que fazem tecnologias e poéticas de espantar a escassez *abrindo caminhos*” (Rufino, 2019, n.p., grifos nossos). O que queremos aqui é produzir um pensamento perturbado por essas vozes que vêm *de outro lugar* – das calçadas e bancos de praça, debaixo de marquises e viadutos, e que se reúnem em um jornal, que abrem a *boca da rua*. Nossa intenção, portanto, é tecer – tramar – uma teorização impregnada por outras vozes que não só uma (esta que escreve). É desse encontro que acreditamos poder aflorar contribuições relevantes que versem efetivamente sobre discursos de resistência e contra-hegemônicos. Esse é o diálogo que tentamos efetuar: não uma extração, mas uma aliança.

Referências

- ALICE. *Sobre a Alice*. Alice (Agência Livre Para Informação, Cidadania e Educação), [s.d.]. Disponível em: <https://alice.org.br/>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- ALONSO, A. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. In: ABDAL, A.; OLIVEIRA, M. C. V.; GHEZZI, D. R.; SANTOS JÚNIOR, J. (org.). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: SESC/SP e Cebrap, 2016. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2024.
- ANGROSINO, M. *Etnografia e participação observante*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARTHES, R. *La préparation du roman*: cours au Collège de France (1978-79 et 1979-80). Paris, France: Éditions du Seuil, 2015.
- BOCA DE RUA. *Projetos paralelos*. Jornal Boca de Rua, [s.d.]. Disponível em: <https://jornalbocaderua.wordpress.com/projetos/>. Acesso em: 11 dez. 2024
- BOCA DE RUA. Pequeno dicionário de ruaologia. *Jornal Boca de Rua*, Porto Alegre, mar. 2018.
- BOCA DE RUA. *Vozes de uma gente invisível*. Instagram, 14 jun. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQHcVb4Bi5-/>. Acesso em: 15 out. 2024
- BOCA DE RUA. *Aqui no Boca de Rua somos #DoutoresEmRuaologia*. Instagram, 23 jul. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CvHsTP5O5AQ/>. Acesso em: 3 ago. 2024.
- BRAGA, J. L. Um conhecimento aforístico. *Questões Transversais*, São Leopoldo, v. 2, n. 3, p.44-53, 2014. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/8554>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- CABALLERO, F. S. La entrevista en profundidad. Función, sentido y técnica. In: GONZÁLEZ, J. A.; KROHLING-PERUZZO, C. (eds.). *Arte y oficio de la investigación científica: cuestiones epistemológicas y metodológicas*. Quito, Ecuador: Ediciones Ciespal, 2019.p.301-379.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-édipo*: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. v. 1.

DUARTE, R. Apresentação. "A gente mudou a história": experiências e olhares do Jornal Boca de Rua. In: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; SANTOS, S. R. (org.). *População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências*. 1. ed. Porto Alegre, RS: CirKula, 2017. p.199-211.

DUARTE, R. Depoimento de Rosina Duarte. *Galeria de Vozes*. Porto Alegre: Museu da Comunicação Social Hipólito José da Costa, 28 out. 2024. Disponível em: https://acervos.musecom.rs.gov.br/galeria-de-vozes/depoimento-de-rosina-duarte/?perpage=10&order=ASC&orderby=meta_value&-metakey=134&paged=1&search=rosina%20duarte&pos=0&source_list=collection&ref=%2Fgaleria-de-vozes%2F%3Fperpage%3D10%26order%3DASC%26orderby%3Dmeta_value%26metakey%3D134%26view_mode%3Dtable%26fetch_only_meta%3D134%252C81028%252C345%-252C315%26paged%3D1%26fetch_only%3Dthumbnail%26search%3Drosina%2520duarte. Acesso em: 15 nov. 2024.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C.. Etnografia: saberes e práticas. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PINTO, C. R. J. (Eds.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, 2008. p. 9-24.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOUCAULT, M. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, São Paulo, v. 5, p. 260-277, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/view-File/4995/3537>. Acesso em: 13 set. 2024.

GALINDO CÁCERES, L. J. *Sabor a ti. Metodología cualitativa en investigación social*. Xalapa: Universidad Veracruzana, 1997.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAEBER, D; WENGROW, D. *O despertar de tudo: uma nova história da humanidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

GUBER, R. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Bogotá: Norma, 2001.

GUTIÉRREZ, J.; DELGADO, J. M. Teoría de la observación. In: DELGADO, J. M.; GUTIÉRREZ, J. (org.). *Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Editorial Síntesis, 2007. p. 141-173.

HERMETO, M.; SANTHIAGO, R. *Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual: divulgações estruturais e especiais*. Sidra/IBGE, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>. Acesso em: 2 dez. 2024

KULL, K. A semiotic theory of life: Lotman's principles of the universe of the mind. *Green Letters: studies in ecocriticism*, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 255-266, 2015. DOI: 10.1080/14688417.2015.1069203.

LAGO, C. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade do Outro no Jornalismo. *Brazilian Journalism Research*, [s.l.], v. 6, n 1, p.156-170, 2010. DOI: 10.25200/BJR.v6n1.2010.253.

LOTMAN, Y. *Cultura y explosión: lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social*. Barcelona: Gedisa, 1999.

LOTMAN, Y.; USPENSKIJ, B. A.; IVANOV, V. V.; TOPOROV, V. N.; PJATIGORSKIJ, A. M.. Theses on the semiotic study of cultures (as applied to Slavic texts). In: SALUPERE, S.; TOROP, P.; KULL, K. *Beginnings of the semiotics of culture*. Tartu: University of Tartu, 2013.p.53-77.

- LOTMAN, Y. *Mecanismos imprevisíveis da cultura*. São Paulo: Hucitec, 2021.
- LOTMAN, Y. On the semiosphere. *Sign Systems Studies*, Tartu, v. 33, n. 1, p. 205—229, 31 dez. 2005. DOI: 10.12697/SSS.2005.33.1.09.
- LOTMAN, Y. The place of art among other modelling systems. *Sign Systems Studies*, Tartu, v. 39, n. 2/4, p. 249-270, 1 dez. 2011. DOI: 10.12697/SSS.2011.39.2-4.10.
- MACHADO, I. *Escola de semiótica: a experiência de Tártu-Moscou para o estudo da cultura*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2004.
- MIZOGUCHI, D. H.; COSTA, L. A.; MADEIRA, M. L. Sujeitos no sumidouro: a experiência de criação e resistência do Jornal Boca de Rua. *Psicologia & Sociedade*, Recife, v. 19, n. 1, p. 38–44, abr. 2007. DOI: 10.1590/S0102-71822007000100006.
- MORICEAU, J.. Longe da distância representativa: uma pesquisa que comunica e organiza. In: MARQUES, Â.; OLIVEIRA, I. L.; LIMA, F. (Org.). *Comunicação organizacional: vertentes conceituais e metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2017. p. 205-222.
- MORICEAU, J. *Afetos na pesquisa acadêmica*. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG, 2020.
- MORICEAU, J. *Outramente que pesquisar*. YouTube, fev. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HqcxI9Z3Hus>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- NATALINO, M. A. C. *Estimativa da população em situação de rua no Brasil: 2012-2022*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bits-tream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf. Acesso em: 10 jul. 2024.
- NATALINO, M. A. C. *A População em situação de rua nos números do Cadastro Único*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2024. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bits-tream/11058/12642/7/TD_2944_web.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.
- OLIVEIRA, L. M. F.; ALMEIDA, T. C.; NATALINO, M. A. C.; MOSTAFA, J. População em situação de rua: limites e potencialidades de uma categoria social. In: *Cadernos de Estudos. População em Situação de Rua: Conceitos, Métodos de Contagem e Políticas Públicas*. n. 37. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024. p. 31-45.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PABLITO AGUIAR. *Conversas em Porto Alegre*. Porto Alegre: Arquipélago, 2024.
- PÄRN, K. Modelling. In: TAMM, M.; TOROP, P. (ed.). *The companion to Yuri Lotman: a semiotic theory of culture*. London: Bloomsbury, 2022. p. 175-187.
- PEREIRA, P. G. *O Quilombo dos Machado e a pedagogia da ginga: deslocamentos em busca da vida*. 2019. 188 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- RUFINO, L. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SIMÕES, L. Oito movimentos sobre fabulação de si e a comunicação social. In: CIRILLO, J.; BELO, M.; GRANDO, Â. (org.). *Saber ViVer juntos: um dilema da contemporaneidade*. Vitória: Proex-Ufes/PPGA, 2022. p.172-186.

SLENES, R. W. “Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta do Brasil. *Revista USP*, São Paulo, v.1, n. 12, p. 48–67, 1992. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.voi12p48-67.

SODRÉ, M. A abominação do outro. In: GOBBI, M. C.; HOHLFELDT, A. (Org.). *Teoria da Comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 179-188.

TOROP, P. Foreword. Lotmanian explosion. In: LOTMAN, Y. *Culture and Explosion*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2009. p. xxvii–xl.

VIANA, A. W. *Ruaologia e os saberes comunicacionais do Boca de Rua*. YouTube, 11 ago. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v9T5JyFIGME>. Acesso em: 29 set. 2025.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.